

STF diz que transição dificulta, mas promete cobrar governo

O presidente do STF, Ricardo Lewandowski, disse a servidores que enfrenta dificuldades para negociar as questões orçamentárias e salariais do Poder Judiciário por conta das trocas de comando nos ministérios, mas que irá cobrar uma resposta concreta do governo.

Lewandowski alegou que, como não se sabe quem fica ou quem sai dos ministérios, fica difícil encontrar um interlocutor. O chefe do STF disse ainda que outro problema é que a proposta de alteração da meta fiscal na Lei Orçamentária de 2014 paralisa o Congresso Nacional.

Questionado pelos servidores sobre resultados efetivos das negociações, o ministro disse que o diretor-geral do STF, Amarildo Vieira, que não participou do encontro, cobrará uma resposta do Ministério do Planejamento sobre as negociações, para que se possa avaliar melhor a situação.

Ele confirmou que Amarildo refez cálculos

do projeto salarial, de modo a reduzir o impacto da primeira parcela em 2015 e supostamente facilitar as negociações – disse que a proposta, nessa versão, teria seu percentual reduzido em um terço. Não houve consulta à categoria sobre essa nova versão.

Essas foram as principais informações repassadas aos dirigentes da federação nacional (Fenajufe) pelo presidente do Supremo, numa reunião sem grandes novidades e que manteve as incertezas quanto às negociações.

A conversa se deu na quinta-feira (20), no Salão Branco do tribunal, no intervalo da sessão que transcorria no plenário, e durou cerca de 15 minutos. O ministro disse ainda que conversou na véspera sobre os projetos, por telefone, com o presidente da Câmara, deputado Henrique Alves (PMDB-RN). Mas não entrou em detalhes sobre isso.

ASSEMBLEIA GERAL HOJE

Terça, 25, às 17h, na entrada da Justiça Federal.

Pauta: Informes; Eleição de delegados para a Reunião Ampliada da Fenajufe no dia 30/11 em Brasília; Valorização dos técnicos.

O transporte para a JF sairá do TRT às 16h30

Promessa de empenho

Ao mesmo tempo em que expôs um cenário difícil, o ministro reafirmou que está se empenhando pela aprovação dos projetos – como tem dito desde agosto. Deu ênfase a essa posição e, dessa vez, não fez referência, como na última conversa com servidores, ao risco de apenas o projeto salarial dos magistrados avançar no Congresso. Tal ameaça existiria, segundo o STF, à revelia do tribunal e em decorrência de uma eventual inicia-

tiva dos parlamentares, que se beneficiariam com o aumento do teto salarial dos serviços públicos.

Essa possibilidade repercutiu muito mal na categoria, que, naturalmente, rejeita qualquer solução que passe pela exclusão dos servidores e repita a recorrente prioridade de recursos para juízes. Os magistrados e procuradores já obtiveram, neste ano, o pagamento do auxílio-moradia, que corresponde a algo próximo ao salário inicial de um técni-

co judiciário e livre de tributações.

Nesse quadro, os dirigentes sindicais avaliam que os recursos do estado estão em disputa nesse momento de definições orçamentárias e os trabalhadores devem lutar para defender seus interesses. Isso só aumenta a necessidade de a categoria manter pressão constante e cada vez maior sobre o STF, o governo e o Congresso (*SINTRAJUD, com edição do SINTRAJUSC*).

Oficiais de Justiça fazem Ato no dia 11/12

Os Oficiais de Justiça do TRT-SC estão organizando Ato para o dia 11 de dezembro (quinta-feira), às 14 horas, na frente do Tribunal (rua Esteves Júnior) para reivindicar melhores condições de trabalho. Serão convidados OJs da Justiça Federal e da Justiça Estadual. Os protestos estão ocorrendo em todo o país depois da morte do oficial de justiça Francisco Pereira Ladislau Neto, de 25 anos, assassinado com dois tiros no dia 11 de setembro, quando fazia intimação em uma ação trabalhista na região de Barra do Piraí, Rio de Janeiro.

Francisco tomou posse no dia 29 de agosto de 2014, no cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária - Oficial de Justiça Avaliador Federal, após ser

aprovado no concurso público de 2012. Desde então, estava lotado na Vara do Trabalho de Barra do Piraí. Antes ele havia atuado como OJ na Vara do Trabalho de Joaçaba, SC.

O coordenador do SINTRAJUSC Sérgio Murilo de Souza conversou com os OJs na sexta-feira, dia 21, na Central de Mandados. “A morte do colega tem que ter um sentido, não podemos ficar omissos”, disseram os oficiais. A redução das lotações nas Varas, os problemas no PJe-JT e a não reposição de vagas nos casos de aposentadoria estão afetando o dia a dia dos OJs, que constataram aumento de trabalho e mais exposição a riscos.

Vários problemas foram relatados na reunião: o desencontro de informações sobre as partes

pelo fato de as certidões dos oficiais não serem devidamente lidas; o não repasse, aos processos, de informações adicionais sobre as partes e que poderiam auxiliar o trabalho dos OJs; a falta de cursos para os novos servidores; a não reposição de vagas em função de aposentadorias. Vários colegas também contaram episódios de risco à integridade física no desempenho da função.

Foi aprovado que os oficiais da Justiça do Trabalho façam um texto com as reivindicações, para que sejam apresentadas ao Tribunal no dia da manifestação. O Sindicato está organizando a atividade e fazendo contatos para viabilizar a participação dos servidores da Justiça Federal e da Justiça Estadual.